



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

204

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 14/07/1998
C	<i>Stelutino</i> Rubrica

Processo : 10980.002792/93-13  
Acórdão : 203-03.525

Sessão : 14 de outubro de 1997  
Recurso : 97.451  
Recorrente : PARANÁ REFRIGERANTES CURITIBA LTDA.  
Recorrida : DRF em Curitiba-PR

**NORMAS PROCESSUAIS** - Incabível é a apreciação pela instância administrativa quando o contribuinte elege a via judicial. **Recurso não conhecido, por falta de objeto.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: PARANÁ REFRIGERANTES CURITIBA LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por falta de objeto, por opção pela via judicial.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Daniel Corrêa Homem de Carvalho.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
Presidente

Ricardo Leite Rodrigues  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Mauro Wasilewski, Francisco Sérgio Nalini, F. Maurício R. de Albuquerque Silva, Renato Scalco Isquierdo e Sebastião Borges Taquary.

/OVRS/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

205

**Processo :** 10980.002792/93-13

**Acórdão :** 203-03.525

**Recurso :** 97.451

**Recorrente :** PARANÁ REFRIGERANTES CURITIBA LTDA.

### RELATÓRIO

O presente processo já foi apreciado por esta Câmara em Sessão de 02 de julho de 1996, ocasião em que o julgamento do recurso foi convertido em diligência à repartição de origem para que a recorrente juntasse aos autos documento comprovando ser ela integrante da Associação dos Fabricantes Brasileiros de Coca-Cola.

Em atendimento ao solicitado, foram anexados aos autos os Documentos de fls. 135/141.

Para que os Membros desta Câmara tenham um melhor entendimento da lide ora em julgamento, farei uma síntese do relatório anterior.

É o relatório.

*PL*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10980.002792/93-13  
Acórdão : 203-03.525

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

Preliminarmente, existe a necessidade de se analisar se a propositura de ação judicial por parte da contribuinte, cuja matéria abordada é a mesma deste processo, contra a Fazenda Nacional, importa em renúncia à esfera administrativa, conforme previsto no artigo 38 da Lei nº 6.830/80.

Por se tratar de assunto idêntico ao ora em julgamento, adoto e transcrevo parte do Voto do ilustre Conselheiro Dr. Otacílio Dantas Cartaxo (Acórdão nº 203-03.021):

“.....

Para melhor ordenar a análise da matéria, convém, inicialmente, assinalar que o contencioso tributário desenvolve-se em dois planos distintos: na via administrativa e na via judicial.

.....

Por conseguinte, conclui-se que a opção pela via judicial, por qualquer modalidade processual, ressalvadas as hipóteses legais previstas, encerra o Processo Administrativo Fiscal, ficando o lançamento do crédito definitivamente constituído, devendo ser remetido para inscrição em dívida ativa e emissão do respectivo título executório.”

Pelo acima exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso, por falta de objeto.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1997

  
RICARDO LEITE RODRIGUES